

## TRIBUTAÇÃO NA NOVA CARTA

# Líder do PFL prevê uma "explosão de impostos"

Marco Antônio Maurício

"A União não terá dinheiro para garantir o que está sendo aprovado pela Constituinte e quem irá pagar o 'pato' será o pobre do contribuinte". A previsão pessimista é do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), ao sustentar que todas as conquistas trabalhistas aumentam proporcionalmente à carga tributária. "Será uma explosão de impostos, como um raio na cabeça do assalariado", frisou o parlamentar.

A preocupação do pefelista recai sobre o acréscimo de despesas futuras que irão advir após a aprovação de dispositivos incluídos no novo texto constitucional, entre eles verdadeiros "trens da alegria", como a estabilidade a todos os funcionários públicos federais, estaduais e municipais nomeados nos últimos cinco anos. "Fatalmente, o déficit público passará das nuvens, será incontornável, gerando mais uma vez a frustração popular", comentou Lourenço.

Para o vice-líder do PDT, deputado Amaury Müller, a União deve gerar riquezas sem onerar, pela via fiscal, as camadas inferiores da sociedade. Propõe, por exemplo, penalizar o comércio de cigarros e bebidas, ampliando o recolhimento de ICM dos atuais 72% para 100% a 150%, e isentar



Lourenço: previsão pessimista

por outro lado a produção e comercialização de alimentos.

## Bagatela

O custo social-financeiro dos avanços trabalhistas — entre eles a estabilidade no emprego, participação nos lucros das empresas, jornada de 44 horas e horas extras em dobro — se comparado à sangria que a Nação sofre com os 12 bilhões de dólares pagos anualmente a títulos de juros da dívida externa, não irá passar de uma bagatela. O comentário é do vice-líder do PDC, deputado Augusto Carvalho, ao defender a reforma tributária aprovada pela

## Sistematização.

Já o líder do PC do B, deputado Aldo Arantes, se mantém esperançoso de que os inúmeros "casuismos e trens da alegria" irão cair no plenário da Constituinte. Segundo ele, a redução do mandato de Sarney para quatro anos incentivou a mobilização popular, "que não aceitará ser apunhalada mais uma vez pelas costas", frisou.

O surgimento do imposto sobre grandes fortunas foi para o deputado Amaury Müller uma das grandes vitórias da reforma tributária. Mesmo assim, insiste na alteração do sistema de arrecadação previdenciário, que hoje considera "draconiano, ao penalizar apenas pequenas e médias empresas". Segundo o vice-líder do PDT, se o imposto cobrado a pessoas jurídicas seguisse os moldes estabelecidos para físicas "a carga da receita tributária triplicada", garantiu.

Para o deputado comunista Augusto Carvalho, o governo Sarney pratica uma política clientelista de bazar, "colocando recursos públicos nas mãos apenas dos seus aliados". Ele defende uma tributação diversificada, já que a categoria dos assalariados paga a mesma alíquota que conglomerados financeiros. "Temos que tributar sobre a remessa de lucros e sobre as fortunas e heranças", disse.

# Serra promete campanha contra os dispositivos

O deputado José Serra (PMDB-SP) alertou, ontem, que a perda de 20% da receita tributária da União com a nova fórmula de ICM é insignificante se comparada ao aumento de despesa provocada pela aprovação de dispositivos do projeto de Constituição pela Comissão de Sistematização. E prometeu desencadear uma campanha dentro do PMDB para suprimir no plenário da Constituinte promoções, equiparações de carreiras, e criação de novos estados, "sob pena do País se tornar ingovernável".

O economista revela que as mudanças introduzidas pela Constituinte no sistema tributário são neutras do ponto de vista de carga tributária. "O que irá determinar se a carga de impostos aumenta ou não será uma maior ou menor descentralização e se outras despesas serão criadas daqui para frente", explicou.

## Estabilidade, maior polêmica

\* Estabilidade a todos os funcionários públicos federais estaduais, municipais nomeados nos últimos cinco anos

\* Pensão mensal e vitalícia no valor de três salários mínimos aos seringueiros chamados "soldados da borracha".

\* Extensão do royalty do petróleo a todas as atividades de exploração de recursos naturais.

\* O Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro, será mantido na

A proposta de criação de novos estados na Federação não é vista com bons olhos por Serra, pois prevê o aumento de recursos, assim como mudanças que favoreçam esta ou aquela categoria ou grupo. E o conhecido "Trem da Alegria", para o economista, deve ser expurgado do texto constitucional. "Quem vai dar o combustível para puxar este trem será sem dúvida o contribuinte", frisou.

O aumento do ônus da União para despesas que a Constituinte está aprovando e que estará inserida na nova Constituição preocupa Serra, muito mais, do que a perda da receita tributária. Citou por exemplo um artigo que estendeu o royalty do petróleo a todas as atividades de exploração de recursos minerais. "Criou-se um verdadeiro sistema tributário paralelo e isto irá agravar fortemente a situação da Nação", preveniu.

órbita federal.

\* A Zona Franca de Manaus fica mantida como área de livre comércio de exportação e importação e de incentivos fiscais.

\* Ficam anistiados os punidos por motivos políticos entre 18/09/46 até à data da promulgação da Constituição, asseguradas as promoções na inatividade ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço.

# Nova reforma fortalecerá os municípios

• Estados e municípios saem fortalecidos com a reestruturação dos fundos de participação, que se alimentam da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Atualmente os estados ficam com 15% deste bolo e os municípios com 17,5%. A Constituinte elevou estes percentuais para 21,5 e 22,5% respectivamente. Ao repasse destes recursos — que será implantado gradualmente até 1993 corresponderá a transferência da União para as duas instâncias administrativas da responsabilidade sobre serviços de assistência social e sobre os níveis básicos da educação escolar.

• Os estados ganham a possibilidade de cobrarem 5% do IR sobre ganhos de capital.

• Surge o imposto sobre grandes fortunas, cuja expressão será definida por lei complementar.

• Os Tesouros Estaduais se fortalecem com a mudança na base de cálculo do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) que passa a incorporar os impostos únicos federais — mineração, comunicações, transportes, energia elétrica, de combustíveis e lubrificantes.

• A União, que perde 20% de sua receita bruta com a nova fórmula do ICM e dos fundos de participação, deixará de contar também com a possibilidade de usar o empréstimo compulsório para reduzir o poder aquisitivo da população.

# Indefinição marca semana no Congresso

Indefinição. Está é a palavra mais adequada ao clima que dominará o Congresso Nacional nesta semana. Após os 93 integrantes da Comissão de Sistematização terem concluído a votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), na última quarta-feira, os 558 constituintes entraram em compasso de espera até terça-feira, quando deverá ser votado o projeto de resolução apresentado, com o respaldo de 319 assinaturas, pelo grupo "Centrão", com o propósito de alterar o Regimento Interno da Constituinte.

Se o projeto de resolução for aprovado, a Constituinte terá um novo calendário, com prazos para a retomada dos trabalhos de elaboração da nova Constituição do País. Amanhã, à noite, haverá uma reunião entre os membros do "Centrão" e a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, já com a presença do seu presidente, deputado Ulysses Guimarães. Após a aprovação do novo Regimento Interno, a Mesa da Constituinte terá 48 horas para fazer a redação final do projeto. Sexta ou sábado desta semana ele deverá ser promulgado, abrindo-se imediatamente os prazos para apresentação de emendas de plenária ao projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização.

## Emendas

Os 559 constituintes terão três dias para apresentação de emendas ao plenário, ao final dos quais o relator Bernardo Cabral terá cinco dias para apreciá-las e emitir um parecer final. A partir daí, terão início as sessões de plenário, que votarão o projeto da nova Carta Magna. Estas sessões deverão ter início nos primeiros dias de dezembro. Os mais otimistas prevêem este início para o dia quatro ou cinco, enquanto os pessimistas apostam no dia nove de dezembro.

Com o retardamento dos trabalhos da Constituinte, motivado pela alteração do Regimento Interno, e consequentemente do início das sessões plenárias, que deverão despende um tempo de votação muito maior do que os 55 dias gastos pela Sistematização, prevê-se que a Constituição só deverá ser promulgada em fevereiro de 1988. Esta previsão derruba de vez os sonhos do deputado Ulysses Guimarães, que queria vê-la promulgada no final deste ano.

## Emenda pode mudar todo substitutivo

O projeto de resolução do "Centrão", de autoria do deputado Alvaro Valle (PL/RJ), introduz alterações no artigo 26 do Regimento Interno da Constituinte. As principais alterações referem-se à possibilidade de apresentação de emendas que substituam integralmente o texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral, ou do projeto constitucional.

## Preferência

De acordo com o projeto do "Centrão" — as principais mudanças estão nos parágrafos 4º e 5º —, terão preferência para votação as emendas que substituam integralmente o texto do projeto ou do substitutivo do relator, alguns de seus títulos ou capítulos. Para isso, elas deverão ser subscritas por pelo menos 188 constituintes.

No caso de alguma dessas emendas vir a ser aprovada, prevê o projeto do "Centrão", o texto correspondente, do atual projeto ou substitutivo será considerado prejudicado, juntamente com as emendas a ele propostas.